

13/9/04



ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DA POLITÉCNICA

ESCOLA POLYTECHNICA - ESCOLA NACIONAL DE ENGENHARIA
ESCOLA DE ENGENHARIA DA UFRJ - ESCOLA POLITÉCNICA DA UFRJ

Boletim de divulgação oficial da A³P – nº 144 – agosto de 2004
Largo de São Francisco de Paula – nº 01 – Centro – Rio de Janeiro – Tel/Fax: (21) 2221 2936
CEP: 20051-070

E-mails: a3p@poli.ufrj.br - a3poli@ig.com.br

Reitor da UFRJ propõe o fim do vestibular e debate cotas

O Professor Aloísio Teixeira, reitor da UFRJ, em matéria publicada no caderno Prosa & Verso editado pelo O Globo em 19 de junho, externou suas idéias relativas ao ingresso na universidade “através da vinculação orgânica entre a universidade pública e a rede pública de ensino pré-universitário. A universidade faria um sistema de acompanhamento e avaliação dos estudantes ao longo do curso. “

Apresenta-se a seguir extratos dos aspectos mais importantes da extensa entrevista: “...a dificuldade que eles tem de acesso à universidade é a mesma que enfrenta qualquer parcela da população pobre do Brasil. Há, quando se leva em consideração apenas os aspectos raciais, um deslocamento da questão central. Por que? Porque os jovens desfavorecidos, de famílias de baixa renda, estudam em escola pública. “

Mais adiante: “definir com clareza se esta cota de 50% vale para a totalidade das vagas que uma universidade oferece ou se é por curso. Há cursos como medicina e odontologia que são muito caros, cujo custo para cada aluno é muito alto, mesmo na universidade pública. Não há pobre estudando odontologia, medicina ou engenharia de produção. É diferente de quando você observa os cursos de formação de professores, como letras, história, geografia, matemática. “

E prossegue: “E um outro ponto em que o projeto deve ser melhorado é o de que tem que ser acompanhado de uma política ativa que garanta a manutenção do estudante na universidade. Isso implica bolsas de estudo, alojamento, alimentação, investimentos em biblioteca, equipamentos de laboratório ou próprios da formação de cada ramo do conhecimento, para que o aluno entre para a universidade e fique. “

Continuando: “Somos ruins, sim. Enquanto tivermos apenas 9% da população de 18 a 24 anos na universidade, não teremos democratizado o acesso. Quer dizer, não é com cota que se faz a mudança. Enquanto continuarmos com este percentual de apenas 9%, não haverá democratização do acesso. Desses 9%, uns 2% devem ser da universidade pública e 7% do ensino superior privado. Com 2%, pode ter a cota que tiver que a universidade continuará sendo uma universidade de elite. “

A seguir: “Não há possibilidade de você fazer uma comparação de mérito entre um estudante que percorreu os melhores colégios da Zona Sul, foi duas vezes à Europa e três aos EUA, com o estudante que veio da rede pública, não teve professor de física, química, matemática e acesso



Professor Aloísio Teixeira,
reitor da UFRJ

ao aparato cultural. A ele, por sua própria origem, foi negada a boa educação, e o vestibular é um sistema que reproduz isso.. Então eu digo que, simultaneamente ao processo de expansão, devemos criar uma forma de acesso diferente. “

Prosseguindo: “Entrei para a universidade em 1963. Era muito ruizinha. Havia umas poucas universidades federais, não havia pesquisa, professor de tempo integral, pós-graduação. Quinze anos depois, tínhamos o melhor sistema de pós-graduação da América Latina. A mudança ocorreu na ditadura. Houve uma aliança implícita entre uma parte da burocracia estatal e a comunidade científica brasileira. A comunidade científica entrou nessa proposta. Houve a reestruturação do CNPq, da Capes, a criação da Finep, do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Quando foi o auge disso? No Governo Geisel. Esse modelo teve êxito? Teve. Quer dizer, a universidade se transformou, passou a ter pós-graduação, pesquisa, tempo integral. Mas o que caracteriza esse sistema? É elitista, fechado e autoritário. “

E finaliza: “...criou-se um monstrego: 80% dos estudantes do ensino superior estão em universidades privadas, que nem sempre podem garantir uma qualidade de ensino razoável e, em contrapartida, existe um sistema público atrofiado, onde há o melhor ensino, pesquisa, formação permanente. É preciso mudar tudo isso. “

Oportunidades iguais e universidade para todos?

Em artigo publicado no dia 05/07 em jornais de grande circulação nacional, o ex-ministro da educação, Professor Paulo Renato de Souza e o Professor José Antônio Teixeira, presidente da Federação Interestadual das Escolas particulares, abordaram, respectivamente, a implantação das cotas raciais e o projeto Universidade para Todos, que presentemente estão sendo propostos pelo governo federal.

O Professor Paulo Renato apontou os avanços alcançados na última década na qual a porcentagem de crianças cursando o ensino fundamental atingiu 97% e realçou que nosso atraso foi grande já que outros países atingiram essa cifra no século XIX.

Em seu artigo, o Professor Paulo Renato de Souza afirma que "o acesso à universidade só será democratizado de fato quando todos os jovens tiverem condições de cursar um ensino médio de boa qualidade, seja público ou privado. Enquanto não chegarmos à eliminação dessas diferenças, devem ser adotadas algumas ações afirmativas importantes que não colidam com o critério de mérito na seleção dos alunos. O apoio financeiro a cursos pré-vestibulares gratuitos dirigidos aos pobres, afro-descendentes e indígenas parece-me, hoje, a mais oportuna. Uma boa universidade se faz com bons professores e com bons alunos. Nosso país seguiu até agora um modelo seletivo no ingresso às instituições públicas que garantiu a manutenção de sua qualidade acadêmica.

Adotar simplesmente o sistema de cotas significa muda-lo radicalmente. É o que queremos? É o único caminho que temos? Acho que não, especialmente porque há alternativas imediatas de ações afirmativas que me parecem qualitativamente superiores."

Quanto ao programa Universidade para Todos que obriga as universidades com título de instituição filantrópica a destinar 20% de sua receita a bolsas integrais para alunos negros e provenientes da rede pública, o Professor João Batista Araújo e Oliveira mostrou que já há programas que, pela lei, beneficiam com o mesmo valor e de diversas formas alunos carentes que, com o engessamento ora proposto, deixarão de receber os benefícios. Ele realça ainda que presentemente as instituições privadas

matriculam quase seis vezes mais alunos do que as universidades públicas. Em seu artigo o professor dispara que "quando um ministro de estado oferece à nação um pensamento eivado de preconceitos e imprecisões históricas e de ordem legal, deixa, no mínimo, a dúvida sobre o real conhecimento do seu ofício. Tasso Genro, atingido pela síndrome de um superado *peteismo nervoso* liberou os gritos de saudade abrigados em seu *alter ego*, largou o extintor e veio a público como um incendiário. A frase *a plebe vai estudar medicina e direito lá na privataria* é de invulgar infelicidade. Buscar valorar uma tese pela desqualificação do interlocutor, desprezando a razão, o pensamento e o contraditório, é tido na academia, no mínimo, como um falsete intelectual.

Porém, para a sociedade e no campo político, há um perreco de um ato de vilania pedagógica". O professor explica que a filantropia inclui a re-

núncia do Estado à contribuição previdenciária patronal, tendo como contrapartida a alocação de, pelo menos, 20% da receita em atendimento social e

exemplificou com as santas casas que seria absurdo obrigar que suas ações sociais venham a ser restritas a, por exemplo, 20% dos seus leitos disponíveis.

Nas universidades, o benefício de muitos "seria substituído em 20% de vagas para alguns. E a reboque, as ações de atendimento social seriam cassadas em nome da ilusão de uma *Universidade para Todos*.

Diplomar profissionais sem mercado de trabalho é uma leviana utopia. O ponto de partida foi firmado por Cristovam Buarque, com o veio do educador: antes de tudo, precisamos saber qual a universidade que queremos. Aqui é pertinente a coragem de incluir no debate a gratuidade da universidade estatal, que beneficia até mesmo as camadas de alta renda. E o descaso a que foi submetido o ensino médio, única via para completa formação da educação básica e da cidadania. Foge aos limites do razoável a inconseqüente mistura de agravos ao estado de direito sentenças como: *estamos dando destinação real para a filantropia: criando vagas a custo zero para o governo ...* ou a audaz bravata: *é um processo de estatização de vagas...*"



Homenagem a antigos alunos ex-combatentes da FEB

O Coronel Otto Fretter Pico, comandante da 148ª Divisão de Infantaria alemã assina a rendição incondicional à FEB em 30 de abril de 1945.



Cinquenta e nove anos após o encerramento da Segunda Guerra Mundial, a A³P estará resgatando uma dívida ao prestar importante homenagem aos antigos alunos da Escola que com alto espírito de renúncia e sacrifício, integraram o Primeiro Escalão da Força Expedicionária Brasileira – FEB – na campanha da Itália, durante esse conflito.

Ainda na primeira metade da década de 40 após terem sido torpedeados e afundados diversos navios desarmados da frota mercante brasileira, com imensa perda de vidas humanas, por submarinos alemães, o Brasil viu-se compelido a declarar guerra às potências do Eixo (Alemanha,

Itália e Japão). Em consequência, nove alunos da então Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil embarcaram para a Itália, integrados ao Exército Brasileiro em sua campanha contra as forças nazi-fascistas, naquele país do Eixo.

A cerimônia será realizada no salão nobre do prédio da UFRJ no Largo de São Francisco de Paula e contará com a colaboração do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, da Associação de Veteranos da FEB e da Associação do Ex-Combatentes do Brasil. O evento terá início às 14:00 horas do dia 15 de setembro.

A reforma universitária em discussão

Universidade



Entre as mais importantes reformas propostas pelo atual governo federal, a reforma universitária impacta diretamente o ensino da engenharia. Considerando a importância dessa reforma, a A³P e o Clube de Engenharia através de sua DTE de Formação Profissional e com o apoio do IFCS estará organizando um debate programado para o dia 16 de setembro a partir da 14:00 horas, no salão nobre do prédio da UFRJ no Largo de São Francisco de Paula. A reforma proposta envolve alterações profundas e o debate de profissionais da engenharia e de pessoas ligadas à Academia se reveste de elevada importância. Algumas reações são divulgadas pela mídia e por manifestações públicas como a ocorrida na Universidade Federal do Amazonas, no dia 23 de junho. Naquela oportunidade, centenas de alunos impediram a realização da primeira audiência pública sobre a reforma universitária que o governo está tentando promover. Sobre o evento o ministro Tasso Genro, da Educação, criticou o reitor da UFAM, Professor Hidemberg Frota, e afirmou que "a postura dos estudantes foi fascista, como a dos grupos paramilitares de direita que invadiam teatros no regime militar."

Frases que marcaram, entre esse boletim e o anterior...

► "Violando todos os dispositivos constitucionais, o Supremo Tribunal Federal permitiu em 18/08, ao arbítrio da lei, que o governo Lula metesse a mão na bolso dos funcionários públicos aposentados e pensionistas. Desonrando princípios basilares do Direito Constitucional (a coisa julgada, o direito adquirido, a irretroatividade da lei, etc) sete ministros se prestaram a um julgamento político. Ao permitir a cobrança, o STF está impondo bitributação sem oferecer em contrapartida qualquer benefício, o que é terminantemente vedado pela Carta Magna, e de quebra, como ressaltou a

ministra relatora Ellen Gracie, o equilíbrio atuarial, cláusula pétrea da Lei Maior.

Procedendo de forma pusilânime, o STF se equiparou a tantas outras instituições brasileiras que perderam a credibilidade."

Antônio Dessimoni, sobre a cobrança de 11% aos pensionistas e aposentados que impactará principalmente, no âmbito das universidades federais, os professores de dedicação exclusiva, maioria esmagadora do atual corpo docente, em 29 de agosto.

► “Parabéns à Congregação da Faculdade de Medicina da UFRJ por se manifestar publicamente contra qualquer tipo de reserva de vagas. Conhecimento não se adquire por decreto. A excelência da instituição ficaria ameaçada pela falta de preparo dos alunos.

Vamos desenvolver os ensinamentos básico e fundamental para garantir a saudável competitividade. Chega de mediocridade”.

Helena Marques Torres sobre a decisão da Congregação contra cotas, em 18/08.

► “Parabenizo a Congregação da UFRJ por rejeitar a implantação do sistema de cotas raciais (.....). Nunca poucos, despreparados sob qualquer aspecto, governaram tantos, por tão longo período”.

Luiz Fernando Mello Raposo, sobre atitudes do MEC, em 18/08.

► “A Sociedade Médica do Rio de Janeiro manifesta total apoio à Faculdade de Medicina da UFRJ, que rejeitou a introdução de regime de cotas, iniciativa discriminatória, racista e que ameaça desestruturar o ensino superior ao ameaçar sua base de mérito. Lamentamos que ao invés de fortalecer o ensino público e de dar condições às universidades públicas, os governos federal e estaduais optem por uma demagógica e nefasta política”.

Samuel Kirszenbaum e Marcos Sarvat, presidente e secretário-geral da SOMERJ, em 19/08.

► “Só para entender : o governo cria uma taxaçoão que não existia e alega que, se suspensa, terá enorme rombo no orçamento?”

João Antonio Peixoto sobre a ilegal mas aprovada pelo STF, taxaçoão dos inativos que atinge os professores e técnico-administrativos aposentados, atuais e futuros, da Escola Politécnica, em 19/08.

► “Com a taxaçoão dos inativos, vem o STF somar-se às entidades que não têm credibilidade perante os brasileiros pela forma com que a votação foi justificada. O STF decidiu não pelos argumentos jurídicos, mas cedendo aos apelos do governo.

Paulo César Kullock, sobre a taxaçoão dos inativos e pensionistas, em 19/08.

► “A decisão não foi jurídica, mas fruto de um acordo político com o governo federal para preservar parte de sua receita com a contribuição e prejudicar estados e municípios. O supremo usurpou o papel do Congresso”.

Deputado Alberto Goldman, vice-líder do PSDB, sobre a taxaçoão de pensionistas e inativos.

► “O contrataçoão de mão de obra é sempre regida por contrato de trabalho. O Estado empregador, por necessidade de recursos extras, tira do aposentado um pedaço de sua aposentadoria. Doutos juizes vão julgar a constitucionalidade do arbítrio do Estado. Dão, politicamente, razão ao empregador. Pergunta-se : não poderá, em outras situaçoões a relatividade das interpretaçoões legais mudar relaçoões contratuais? Por exemplo, as relaçoões de um

contrato de concessão de serviço público poderão ser modificados à revelia de uma das partes?

José Guimarães Moreira, a respeito das alteraçoões nas taxaçoões de pensionistas e aposentados, em 19/08.

► “Gostaria de entender: a taxaçoão de pensionistas e inativos deveria ser julgada na sua totalidade como constitucional ou inconstitucional. O STF, ao reconhecer como inconstitucional a taxaçoão de pensionistas e aposentados nos valores de suas pensões e aposentadorias até R\$2508,72, sem explicar esse limite nem se e como ele será corrigido monetariamente, passou a criar espantosa e preocupante constitucionalidade relativa. Aquela corte suprema passa, com esse precedente, a poder julgar pela relatividade como: um assassinato só será crime se a vítima tiver sido alvejada por mais de três disparos, por exemplo, ou ter levado mais de, digamos, cinco facadas”.

Flavio Miguez de Mello, presidente da A3P, sobre taxaçoão de docentes e funcionários aposentados da UFRJ, em 21/08.

► “É preciso que os apressadinhos leiam os votos dos ministros e não desrespeitem o STF (.....). Isso é *jus sperniandi* como se diz em direito ou, em linguagem popular, são maus perdedores”.

Ministro José Dirceu, da casa civil, sobre a decisão do STF de taxar parcialmente pensionistas e aposentados do governo.

► “Temos evasão, uma realidade que mudaria muito com a reserva de vagas”.

Professor Almir Valadares, diretor da Faculdade de Medicina da UFRJ, em 17/08.

► “Sempre trabalhamos com o mérito para o ingresso na Universidade e mudar isso vai ser muito difícil. Nosso padrão vai deixar de existir. O foco precisaria ser a qualidade do ensino básico”.

Professor Amâncio Paulino de Carvalho, diretor geral do Hospital Fraga Filho, da UFRJ, em 17/08.

► “Uma decisão como esta me parece precipitada e preconceituosa. O próprio projeto do governo federal prevê que cada universidade terá 240 dias para implantar o sistema de cotas”.

William Campos, representante do Ministério da Educação no Rio de Janeiro, sobre a decisão da Congregação da Faculdade de Medicina da UFRJ que deliberou contra a implantação de cotas.

► “A universidade deve ter toda autonomia para decidir seu conteúdo acadêmico, mas não deveria ter autonomia para excluir alunos”.

Frei David dos Santos, coordenador da ONG Educafro, sobre a campanha para tornar obrigatórias as cotas raciais.

► “Desculpou umas dívidas, o que prova que não somos tão pobres assim, e prometeu ativar nossas relaçoões, como a remessa de kits culturais e especialistas em ensino superior. Impor ao Cabo Verde o discutível modelo brasileiro de ensino superior é maldade indesculpável.”

Arnaldo Niskier, Secretário de Cultura do Estado do Rio de Janeiro ao comentar as

atitudes do presidente Lula em sua recente viagem à África, em 12/08 de 2004.

▶ “Se a idéia é manter e melhorar a qualidade do ensino, é preciso esclarecer como vamos atingir essa meta de dobrar o número de alunos. Haverá contratação de professores ou vamos ter que trabalhar em dobro?”

Professora Marina Barbosa Pinto, presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior ao criticar a meta de dobrar o número de estudantes nas universidades federais em quatro anos, em 02/08.

▶ “Um aluno de Manaus, por exemplo, terá condições de ter uma idéia exata do seu desempenho e se pode entrar numa universidade como a Unicamp ou a UFRJ.”

Professor Paulo Alcântara Gomes, reitor da Universidade Castelo Branco, ex-reitor da UFRJ e ex-presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, aprovando o fortalecimento do ENEM como critério para ingresso no ensino superior, em 2/08.

▶ “O vestibular tradicional na base do X não é um bom processo de avaliação.”

Professor Ronaldo Mota, secretário executivo do Conselho Nacional de Educação, em 02/08.

▶ “O presidente sabe que não vai ter sucesso, ou melhor, vai interromper o sucesso que está tendo se não fizer a revolução educacional. Teremos R\$1 bilhão a mais em 2005.”

Ministro Tarso Genro, da Educação, sobre a reforma universitária, em comparação aos

R\$19,7 bilhões do orçamento do Ministro para o corrente ano, em 3/08.

▶ “A tendência o mundo é reduzir o tempo de formação do estudantes de nível superior. As disciplinas do curso básico deveriam ser incluídas no próprio currículo, mas não de modo a aumentar a duração do curso.”

Professor Éfrem Maranhão, ex-presidente do Conselho Nacional de Educação, 3/08.

▶ “O governo mostra mais uma vez estar perdido, sem saber o que fazer para solucionar o grave problema da educação no país. Nos últimos meses tenho lido de tudo: cotas raciais, loteria para arrecadar fundos, acabar com o vestibular e outras propostas não fundamentadas. Não é necessário ser especialista para ver que o Brasil precisa é de uma política séria de educação básica.”

Professora Adelaide Maria Gondin da Fonseca, da Escola de Química da UFRJ, em 5/08.

▶ “Embora o Sistema Nacional de Avaliação Básica 2003 tenha revelado que 55,4% dos alunos na quarta série do ensino básico pouco entendem o que lêem e que 51,6% desses alunos não dominam as quatro operações, o governo propõe medidas demagógicas que degradarão o ensino universitário público.”

Waldemar Eller, criticando a proposta de reforma universitária, em 5/08.

▶ “O presidente Lula admitiu que o sistema de cotas é insuficiente para democratizar o ensino no país. Mas se 52% dos alunos estão saindo das escolas públicas sem saber interpretar um texto, já conseguimos democratizar o analfabetismo.”

Ascenso Furtado, preocupado com o regime de cotas, em 21/07.

Novos critérios para financiamento estudantil



O financiamento estudantil – FIES – é um programa de crédito educativo do governo federal que concede empréstimo a estudantes cobrindo parte das mensalidades e matrículas na rede privada de ensino superior. O FIES foi idealizado para atender a estudantes economicamente carentes havendo preferência para os matriculados em cursos de licenciatura, que formam professores, pelo seu aspecto multiplicador. O FIES atende 277 mil estudantes.

Como todo empréstimo, há necessidade de fiador mas há ações no poder judiciário, no Paraná e no Rio Grande do Sul, contestando a obrigatoriedade do fiador. O MEC teme que essa dispensa, caso venha a ocorrer, aumente em muito a inadimplência.

A partir de agosto, ser negro ou índio contará pontos positivos para os candidatos ao financiamento, segundo novos critérios de seleção do MEC, divulgados em 17 de junho. Esses critérios raciais já deverão ser aplicados nos próximos empréstimos que serão dados de 40 mil a 50 mil estudantes.

Pesquisa revela situação caótica do ensino fundamental público

Eis o resultado de algumas pesquisas sobre o ensino básico e médio que se reflete no ensino superior:

A maioria dos professores do ensino público se recusa a matricular seus filhos na rede pública durante o ensino fundamental. De cada 100 professores, 54 matriculam seus filhos



em escolas privadas e a maioria dos restantes só matricula os filhos na rede pública por falta de recursos financeiros. A pesquisa, elaborada pela UNESCO e publicada no dia 24 de maio, em solenidade no Ministério da Educação, revela aspecto preocupante. Mesmo entre os professores que recebem até

dois salários mínimos a percentagem dos que matriculam os filhos em colégios particulares é elevada (23%). Essa percentagem é crescente com o nível salarial, chegando a 87% nos níveis mais elevados.

A pesquisa revela ainda que um terço dos professores se classificam como pobres, a maioria

estudou em estabelecimentos públicos, possuem renda familiar mensal de dois a dez salários mínimos, não possuem acesso a computadores nem sabem navegar na Internet. A pesquisa constatou que 45% dos professores jamais visitaram um museu ou visitaram apenas uma vez, preferindo programas domésticos.

Opinião

Repensar a universidade pública

Francis Bogossian

Critérios de cotas encerram visões de curto prazo.

O tema é polêmico e envolve arraigados preceitos sobre as tradições no ensino público superior. É, entretanto, preciso coragem para mudar e acompanhar as transformações que o país vem experimentando. Nos últimos 15 anos, após a retomada dos governos eleitos de forma democrática, não se pode mais admitir que as estruturas de ensino público persistam dentro dos princípios arcaicos que nortearam a sua criação, em alguns casos até centenários, e que foram convenientes aos governos militares.

Não apenas no âmbito universitário, todo o ensino, no Brasil, precisa ser alvo de total reestruturação. Cabe, entretanto, focalizar pontos de fundamental importância, através de questionamentos, não apenas aos nossos dirigentes, mas também à sociedade, englobando suas minorias/majorias sociais e raciais, enfim, toda a nação brasileira.

Parto da assertiva de que as universidades públicas precisam voltar a ser os verdadeiros centros de inteligência do país. Seus egressos devem ser responsáveis pelos avanços e conquistas sociais, científicos e tecnológicos. Para que tal aconteça, cabe aos governos prover as universidades de recursos materiais e de pessoal, para que os docentes possam cumprir suas funções a contento. E quanto aos alunos, é indispensável que haja homogeneidade para que as tarefas pedagógicas possam ser desempenhadas com proficiência. Quem é, ou já foi, professor sabe que aulas, em turmas heterogêneas, são niveladas para atender os de nível mais baixo. O criticado concurso vestibular sempre teve a função de selecionar uma elite de

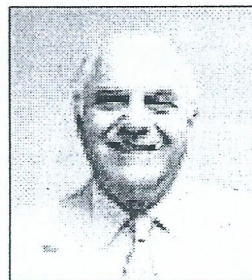
estudantes capacitada para fazer da universidade pública trampolim para postos de destaque no país.

O sistema de cotas raciais talvez seja um grande equívoco pedagógico, ainda que se destine a resgatar dívidas históricas. A garantia de vagas para estudantes da rede pública é outra tentativa perigosa. Como não se consegue recuperar o ensino médio oferecido pelo Estado, inserem-se, nas universidades, estudantes mal preparados. Ambos os critérios encerram visões de curto prazo.

As universidades públicas só poderão atingir níveis de excelência se forem privilegiadas as inteligências. Assim, ricos ou pobres, brancos ou negros, oriundos da rede pública ou particular, os alunos dessas instituições devem constituir uma elite intelectual.

Para aqueles que, comprovadamente, não puderem pagar, a universidade, através da concessão de bolsas de estudo, permanecerá gratuita. Aos de maior poder aquisitivo cobrar-se-ia por esse ensino privilegiado, utilizando as receitas para financiar bolsas para os mais carentes.

Defendo este como o melhor critério, no sentido mais amplo da justiça, realmente preocupada, a médio e longo prazos, com os interesses maiores da nação.



Francis Bogossian, é engenheiro, professor, empresário da construção civil, membro titular da Academia Brasileira de Educação e da Academia Nacional de Engenharia e Presidente da Associação das Empresas de Engenharia do Rio de Janeiro

IMPRESSO De que reforma universitária precisamos?

Nosso sistema universitário sempre se defrontou com as questões da definição do papel das universidades públicas no desenvolvimento nacional.

Desde o final de 2003, o governo federal vem anunciando a intenção de promover uma Reforma Universitária para adequar o sistema de ensino superior brasileiro às exigências dos tempos atuais. A autonomia, especialmente financeira, das universidades federais, é um tema recorrente. Mas é realmente necessário realizar com urgência uma reforma do ensino superior brasileiro?

Eduardo Gonçalves Serra

É possível, com a reforma, atender aos interesses da grande maioria da população, que sempre foram colocados em segundo plano?

O debate sobre a urgência das "reformas", presente em todo o mundo desde as décadas finais do século XX, é fruto das transformações pelas quais o capitalismo passou a partir da crise dos anos setenta, quando generalizou-se, sob a hegemonia das políticas liberais, a defesa da expansão continuada do capital e a mercantilização global da produção humana, fosse ela "material" ou "simbólica".

Nosso sistema universitário sempre se defrontou com as questões da definição do papel das universidades públicas no desenvolvimento nacional e com a demanda por acesso ao ensino superior, que cresceu na proporção em que a industrialização e a urbanização se

intensificaram no Brasil. Agravado pela recessão dos anos 80, ganhou força o problema do financiamento do sistema, questionando-se o papel estratégico do comprometimento do Estado com o investimento nas universidades.

As respostas dadas a esta problemática, ao longo das últimas décadas, não atenderam suficientemente às demandas da maioria da sociedade, nem tampouco (com raras exceções), propiciaram a colaboração das universidades para a construção um projeto de desenvolvimento voltado para a superação de nossos problemas sociais – cada vez mais graves – e da nossa histórica posição subalterna na ordem internacional. No que tange ao terreno tecnológico, duas ondas marcaram o desenvolvimento industrial brasileiro, a partir dos anos 50, impactando o sistema universitário e as demais instituições de pesquisa: a substituição de importações, que, trazendo pacotes completos de empresas estrangeiras, restringiu fortemente a possibilidade das universidades gerarem os conhecimentos necessários e adequados ao país e, mais tarde, já nos anos 90, a abertura abrupta da economia brasileira ao mercado externo, levando diversos setores da indústria nacional a sucumbirem diante da competição globalizada, regida pela lógica deificada do mercado.

Nos anos 70, o governo militar respondeu à demanda por acesso à Universidade com incentivo à criação de faculdades privadas, cuja qualidade sempre foi objeto de questionamento.

O problema das relações entre as universidades e o desenvolvimento nacional foi respondido, mesmo que sob os percalços de uma modernização conservadora, com a estruturação de programas de pós-graduação e pesquisa que resultaram em um quantitativo considerável de mestre e doutores, além de alguns centros de referência importantes, possibilitando um aumento significativo da capacitação em ciência e tecnologia.

Mais tarde, já em meio à virada “neoliberal” de Collor e Fernando Henrique, manteve-se a prevalência do

conservadorismo acadêmico e a força dos interesses privatistas, fazendo ainda com que se reproduzissem, sob forma ampliada, a privatização do ensino superior e o estrangulamento financeiro das instituições públicas. Persistimos sendo um dos países com menor acesso ao ensino superior: hoje, somente cerca de três milhões e meio de brasileiros estão matriculados no ensino superior e, destes, aproximadamente 70% são alunos de alguma instituição privada.

A reforma necessária para o sistema universitário deve contemplar os interesses das classes populares, pautando-se pela constituição de um projeto de desenvolvimento autônomo. O papel do Estado é central, devendo ser assegurada a aplicação de recursos públicos para a manutenção e a expansão do sistema público de ensino superior, mantendo-se a gratuidade para todos os cursos de graduação e pós-graduação *strictu sensu*.

Há que estreitar as relações entre universidades e órgãos públicos, visando o estabelecimento de acordos e convênios que possam significar maior atendimento a demandas da sociedade e o apoio ao desenvolvimento das atividades universitárias, redefinindo as condições de realização da chamada extensão universitária.

A definição de apoio prioritário para determinadas áreas de conhecimento, com políticas que possibilitem maior crescimento e autonomia econômica, o desenvolvimento tecnológico e a propriedade intelectual nacional é outro imperativo da reforma universitária necessária para este momento.



Eduardo Gonçalves Serra é engenheiro, professor e Diretor Adjunto de Ensino e Cultura da Escola Politécnica da UFRJ.

Novas “idéias” para o ensino

Novas idéias estão sendo lançadas como base de uma ampla reforma universitária. Essas idéias chocam-se como passado e trazem inovações de levado impacto para a vida acadêmica. As principais “novas idéias” acadêmicas são:

▶ Abolição do “provão”. O “provão” era um instrumento que permitia a avaliação do desempenho dos cursos universitários e gerava uma forma aberta de controle da qualidade do ensino. Pelo seu caráter universal (e não por amostragem), os candidatos a curso superior podiam saber a qualidade de cada curso permitindo a melhor escolha entre as ofertas existentes.

▶ A introdução de cotas. As cotas raciais e de procedência do ensino público visam abolir o mérito como forma única de ingresso na universidade. Em vez de uma proposta séria de um investimento efetivo na qualidade do ensino público nos níveis fundamental e médio, com valorização do magistério, propõe-se a fórmula que poderá acarretar elevados níveis de reprovação e, conseqüentemente, de evasão ou perda da qualidade do ensino superior.

▶ notas diferenciadas para cotistas. O MEC propõe notas diferenciadas para os que ingressarem pelas cotas, na avaliação de desempenho. Essas notas poderão ser até 30% inferiores às que os outros alunos serão obrigados a obter para serem aprovados nas disciplinas curriculares.

▶ Loteria como fonte de financiamento. Em vez do MEC receber recursos necessários determinados no orçamento

da União viabilizando a autonomia das universidades, recorrer-se a fontes suplementares oriundas de apostas provenientes, em sua maioria, das camadas sociais mais modestas da sociedade, a exemplo de tantas outras loterias oficiais.

▶ A compra de vagas nas universidades privadas. A compra de vagas via isenção fiscal traz os mesmos problemas das cotas nas universidades públicas.

▶ A eleição direta e equalitária para reitor. Antiga reivindicação petista, a eleição equalitária para reitor tira do MEC a possibilidade de escolha dos reitores das universidades públicas, transferindo-a para estudantes que compõem o maior contingente dentro de cada universidade. Esta inversão de valores não encontra paralelo em nenhuma universidade de ponta em qualquer país do mundo.

▶ A incorporação do curso básico. Considerando que as carências do ensino público de primeiro e segundo graus não são enfrentadas, os conhecimentos aos cursos universitários seriam supridos pelo ensino de terceiro grau, ficando a pós-graduação sobrecarregada com o ensino de graduação.

As novas idéias provenientes do MEC são de tal forma “inovadoras e impactantes” que é difícil a previsão dos seus efeitos na qualidade do ensino superior que, ao contrário dos níveis fundamental e médio, ainda se mantém reconhecidamente em nível satisfatório.

A³P reedita curso de aperfeiçoamento em Danos nas Construções

Prática e conceituação

Objetivo: Fornecer uma visão geral dos danos correntes nas edificações, desde suas origens até os desdobramentos acarretados, abrangendo projetos, execução e utilização

Público Alvo: Engenheiros civis, arquitetos, estudantes destes cursos, construtores

Data e Horário: 20, 21, 22 e 23 de setembro de 2004, 17:30 h às 21:30 h

Local: Clube de Engenharia - Av. Rio Branco, 124, 18º andar, Centro, RJ

Expositores: Antero Jorge Parahyba, engenheiro civil e Adriana Roxo Nunes de Oliveira, arquiteta
Profissionais dedicados à Engenharia Legal, às questões da pós-ocupação, danos nas construções, seus desdobramentos e conflitos, envolvendo assessoria, mediações, arbitragem, perícias e assistência técnica judicial.

Conteúdo programático:

1. **Valor de um imóvel** - valor imobiliário x desvalorização, desempenho esperado da edificação, perda de valor do imóvel
2. **Origens dos danos** - vícios, projetos e concepções questionáveis, erros de execução, erros de utilização, manutenções inadequadas, modificações não pertinentes
3. **Varandas e marquises** - tipos e estatísticas de problemas
4. **Infiltrações** - origens e responsabilidades, linhas de pesquisa de infiltrações
5. **Agressões às estruturas** - acréscimos de sobrecargas, cortes de peças estruturais, reparos incorretos
6. **Vistorias nas edificações** - abrangências, objetivos, laudos e relatórios de vistoria
7. **Recebimento de imóvel novo** - vistoria e procedimentos
8. **Procedimentos judiciais** - papel do Perito e do Assistente Técnico, relacionamento entre os profissionais, legislação pertinente, objetivos
9. **Honorários** - tabelas das instituições, parâmetros para definição honorários

Informações adicionais:

Programa desenvolvido com apresentação de casos. Inclui material didático e certificado de participação

Inscrições:

A3P - Associação dos Antigos Alunos da Politécnica:

Largo de São Francisco, 1, tel.: 2221-2936 / 2508-9598

11:00 h às 17:00 h, Johnny, e-mail: a3poli@ig.com.br

FEBRAE:

Av. Rio Branco, 124 / 20º andar, tel: 2507-8017 / 2509-3742

10:00 h às 18:00 h, Denize ou Eliane, e-mail: febrae@febrae.org.br

Clube de Engenharia:

Av. Rio Branco, 124 / 18º andar, tel: 2509-6177

0:00 h às 19:00 h, Lenice

IMPRESSO

Custos:

	Não associados	Ass A ³ P e CE: desconto 15%	Estudantes graduação: desconto 25%
Valor até 22/08	300,00	255,00	225,00
Valor após 22/08	350,00	297,50	262,50

Cursos *in company* ou em outras cidades:

ciavalortecnico@terra.com.br

Realização:
Escola Politécnica da UFRJ
Associação dos Antigos Alunos da Politécnica

Apoio:
FEBRAE
Clube de Engenharia

R\$ 0,50

09 SET 2004

Brasil 2002

Pandeiro

Prezado associado,
A A³P necessita de sua opinião para manter um contínuo aperfeiçoamento em seu boletim. Aguardamos sua sugestão ou crítica.

Léo Fabiano Baur Reis

R Barão de Pirassununga, 32/101
20521-170 - Rio de Janeiro/RJ